

# APRESENTAÇÃO\*

Este livro que se apresenta ao público está dividido em três partes, cada uma seguindo um eixo de análise, com a possibilidade de melhor organizar a leitura e partilhar os pontos cruciais das problematizações apresentadas, canalizando dilemas imperiosos do debate crítico, na contemporaneidade.

A primeira parte chama-se “A Miséria da Crítica do Trabalho e da Política Social”, referindo-se aos limites da crítica que se restringe à superfície da realidade, no cotejamento somente dos aspectos aparentes sem descer aos fundamentos dos fatos. Os seis capítulos reunidos nessa primeira parte refutam contundentemente a crítica circunstancial do trabalho e da política social no capitalismo. O abre alas é a problematização sobre o que essencialmente é um pensamento crítico, em especial, nesses tempos de aprofundamento ruidoso da decadência burguesa, que atinge a universidade e a transforma, por força da hegemonia da ciência instrumental, encapsulando-a distantemente dos grandes impasses sociais da realidade.

Em direção contrária, este livro defende a compreensão engajada sobre o papel da ciência atravessando as sombras visíveis da realidade, de modo que a mensagem preponderante dos textos reunidos aqui é a implicação social da produção de conhecimentos, em especial, para a superação do tipo de vida social que o capitalismo nos oferece. De imediato, portanto, adentramos à crítica ao trabalho, entendendo que, para ela ser efetiva, precisa ser uma crítica negativa do trabalho no capitalismo por impedir a realização humana, obliterando as capacidades e sugando o que resta para mais tempo de trabalho, portanto apequenando a experiência social, limitada pelo governo das mercadorias. É uma contraposição à mensagem positiva sobre o trabalho capitalista, que se revela como uma ideologia da lógica do valor. A crítica ao trabalho, portanto, não pode se limitar a aspectos de

---

\* 10.29388/978-65-6070-143-4-0-f.8-12

sua regulação jurídica, pois o açoite da vida alienada do trabalho manifesta a perenidade do estranhamento que permeia todos os cantos, como parte indissociável da agonia humana hoje.

Em complemento, os capítulos dessa primeira parte são também de crítica ao reformismo das políticas sociais no Estado capitalista, demonstrando que, ainda que as políticas respondam por parte das demandas das lutas sociais, elas se estruturam concretamente atravessadas pelas necessidades do capital em cada fase de seu desenvolvimento e dos seus limites internos para valorização do valor, de maneira que a atenção à reprodução da força de trabalho é modulada pelas requisições da usura, em cada tempo histórico, de modo quase indiferente às reais necessidades úteis da população que trabalha.

Na contemporaneidade, na qual a crise estrutural do capital abre um campo de limitações para a produção e a realização do valor, consoante à reverberação de uma economia aos saltos por bolhas financeiras, o trabalho é encurtado em razão do novo revolucionamento das forças produtivas, diminuindo o trabalho vivo e, portanto, afrontando a sociedade com o desemprego massivo; ou com seu coirmão, o trabalho de baixa renda e sem regulação pública. Essa dinâmica desafia o pensamento sobre o que acontece com as populações expropriadas dos modos materiais de vida, que ficam sem trabalho, se são *sujeitos monetários* e dependem da mediação do dinheiro para a subsistência. A cegueira da forma social para esse flagelo mostra sua funcionalidade, pois os condicionantes de expropriação social se entrelaçam com a exploração econômica a partir da liberação do aumento da concorrência entre trabalhadores/as, da aceitação da disciplina laboral e da redução da renda do trabalho.

A migração forçada e a educação espelham essa contradição ao mostrarem a política de população peculiar do capital, quando provoca a mobilidade da força de trabalho com a expropriação dos povos, de suas terras e recursos naturais diretamente ou por meio das guerras nos territórios. Por sua vez, as contradições da ampliação do acesso à educação da juventude revelam a polarização em torno da formação de trabalhadores/as para o novo contexto do trabalho, supostamente

“autoempreendedor”, ao mesmo tempo que se impõe o gerencialismo neoliberal e o desfinanciamento das instituições educacionais em favor da dívida pública, limitando sobremaneira a experiência formativa dos rebentos da classe trabalhadora. A pergunta que nos fica diz respeito a qual seria a boia de salvamento, nesse quadro tão agudo de superpopulação sobranceira transitória ou descartável, já que a economia absorve cada vez menos força de trabalho e depende sobremaneira de devastações sociais e ambientais que deixam os/as trabalhadores/as e o planeta à deriva. As expectativas reformistas, já absolutamente anacrônicas, não têm respostas para isso, colocando-nos na encruzilhada, sem qualquer bússola que aponte saídas para os problemas ameaçadores dos sérios diagnósticos ambientais e sociais.

Essa decomposição civilizatória avança mais uma casa no tabuleiro quando, na segunda parte do livro, intitulada “As Políticas Sociais e as Relações Raciais e de Gênero”, traz ao público quatro capítulos que problematizam a reprodução da força de trabalho, questionando as políticas que acirram a desigualdade de gênero e raça, associadamente à degradação das ações públicas nesse terreno, com os horizontes rebaixados do neoliberalismo.

A lição que nos fica é de que a reflexão anticapitalista depende do questionamento à estrutura de opressões que marca essencialmente a experiência de classe no contexto das artimanhas do capital, com a conversão das diferenciações sociais à sua própria lógica, justificando desigualdades para hierarquização da força de trabalho, que, ao fim e ao cabo, viabiliza a estratificação dos/as trabalhadores/as para a concorrência. Nesse sentido, a maioria dos capítulos situa que os fundamentos capitalistas das opressões raciais e de gênero são potências explicativas reveladas pelo pensamento crítico ao desconstruir a estrutura social do capital, determinante fundamental da ideologia racista e patriarcal após a revolução industrial.

Ao transitar por esses debates mais gerais, o livro nos entrega a terceira seção - “Serviço Social e Debate Crítico” - onde seis capítulos apresentam faces do debate crítico do Serviço Social em relação ao domínio do capital, especialmente na crise de suas contradições

fundamentais. O eixo analítico primordial são as mudanças recentes no trabalho e na política, sublinhando os desdobramentos sobre o exercício profissional, inclusive ponderando sobre a participação direta e consciente de parcela dos profissionais no neoconservadorismo recente na sociedade brasileira. Nesse aspecto, temos capítulos que transitam entre os desdobramentos das novas tecnologias informacionais sobre o Serviço Social, sobre os efeitos da formação profissional à distância e seu amalgamento ao neoliberalismo, comprometendo o debate ético-político que deu musculatura científico-crítica à profissão nos últimos quarenta anos, vertente de análise também problematizada em dois capítulos específicos que tratam da aderência de parte da categoria profissional à razão neoliberal.

A inquietação dos/as pesquisadores/as com o rebatimento do neoconservadorismo na profissão demonstra uma indelével afinidade com os temas do tempo presente, fazendo uma ciência viva e pulsante sobre a realidade social. Afinal, em contraste, longe das condições concretas de vida, a crítica superficial pode oferecer à direita a possibilidade de surfar entre os indivíduos em ruínas na expectativa hipócrita da dominação sistêmica, reproduzindo a subjetividade neoliberal. Ao contrário, o pensamento crítico precisa tomar a realidade e explicá-la como de fato é, para ser possível efetivamente superar a vida social baseada no valor. Por isso, a importância da crítica radical para fomentar o pensamento consequente, mirando outra forma de sociedade.

Nessa direção, os/as autores/as ponderam sobre as barreiras e as possibilidades do projeto ético-político socialmente referenciado da profissão. Os limites encontram-se inclusive na curta capacidade da democracia burguesa para amparar o alargamento dos direitos sociais, conforme mostram os atos bonapartistas de golpes institucionais, sem nem mesmo violar o regime político, como ocorreu na década passada, no país. O ato final do livro é assim uma amostra de uma interpretação crítica do Serviço Social em contraposição ao neoconservadorismo, revelando os nexos que relacionam a economia e a política.

De maneira geral, o movimento teórico realçado clareia o atributo polidimensional dos conflitos sociais e a interação das opressões com a exploração econômica, numa dinâmica interpretativa sustentada na evidência de que o pensamento crítico não pertence a um lugar ou a uma experiência social ou racial, mas ao mundo ao se voltar para o anseio coletivo de superação da alienação humana e das injustiças.

As contribuições reunidas no livro decorrem de pesquisas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), envolvendo professores e jovens pesquisadores que estruturam as três linhas de investigação – a) Trabalho, Relações Sociais e Serviço Social b) Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social; c) Identidades, Cultura, Políticas Públicas e Serviço Social. Nesse sentido, trata-se de um livro representativo da formação e produção acadêmica que toma o Trabalho e a Política Social como área de concentração para pesquisas, fomentando o pensamento crítico sobre os verdadeiros laboratórios de barbárie, do capital em crise.

A nossos olhos, trata-se de uma agenda intelectual fundamental para enfrentar as atrocidades dos desdobramentos da totalidade negativa do capital, por meio do pensamento efetivamente radical, portanto, anticapitalista porque dirigido à reflexão sobre a libertação da humanidade da sentença do valor. Como numa roda, façamos circular o conhecimento sobre algumas dimensões da face oculta de flagelos do capitalismo, de maneira que ela possa ganhar volume e profundidade enquanto o tempo do combate ainda está por chegar.

*Rosângela Nair de Carvalho Barbosa*  
*Ney Luiz Teixeira de Almeida*